

Economia ^{Brasil} brasileira frágil e forte

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO*

A volta da discussão sobre o desenvolvimentismo como estratégia de política econômica é plenamente justificada pela reconquista da capacidade de endividamento. Uma crise financeira é essencialmente uma crise de confiança. Sem confiança não há crédito. Com nosso mundo em integração crescente, quando o crédito encolhe, o comércio entra em colapso, os preços internacionais caem, derrubam as receitas de exportação, instabilizam os regimes cambiais e inviabilizam o crescimento da economia mundial, porque os riscos se multiplicam.

Para países como o Brasil, integração maior significa capacidade de investir mais do que poupa, crescer mais do que o sacrifício do consumo permite, o que é coerente com mais desenvolvimento. Significa poder aproveitar as oportunidades de comércio e de financiamento para aliviar as restrições intertemporais que impõem menos consumo hoje para se ter mais consumo amanhã. O produto do consumo sacrificado pode ser usado para investir com maior ganho na produção futura, na medida em que a integração permite também o acesso ao conhecimento transformado em capacidade de produzir, à tecnologia. Essa é a lógica do crescimento econômico, cujos frutos são essenciais para promover o desenvolvimento das capacidades humanas. Recuperar a capacidade de investir é abrir o caminho para voltar a crescer. E a fortaleza da nossa economia está na rápida percepção das oportunidades de investimento, logo que se desanuviem os horizontes.

O conflito relevante entre estabilidade e desenvolvimento é, na realidade, entre o bem-estar das diversas gerações. O governo tem de decidir a cada momento de que forma vai arbitrar entre os interesses das diversas gerações. A forma tradicional de ver o conflito (que se supunha ser entre inflação e crescimento) é curto-prazista, obsoleta e, sobretudo, enganosa. O que não parece tão claro para a maioria dos agentes, consumidores, políticos, e mesmo empresários, é que a turbulência de curto prazo tem custos expressivos a longo prazo. E essa é a grande fragilidade da economia brasileira.

Associando-se a empresários privados, o Estado brasileiro assumiu os riscos da turbulência

Tem sido assim desde a crise do petróleo dos anos 70. Com elites incapazes de perceber a importância da estabilidade, temos feito opções erradas. Vencemos várias vezes, temporariamente, surtos potencialmente explosivos de inflação. Porém, medidas estatísticas de turbulência, tanto para a inflação quanto para a produção, indicam que o nível de risco manteve-se extremamente elevado ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Numa primeira tentativa de evitar que o alto risco afastasse os investidores, o Estado brasileiro associou-se a empresários privados e, na realidade, assumiu os custos da turbulência.

Primeiro, absorveu os riscos da indexação com inflação elevada, dando limites à correção monetária paga pelos beneficiários de empréstimos do BNDES. Doou recursos via BB, Caixa Econômica, bancos estaduais e BNH, financiados com endividamento interno a custos crescentes e endividamento externo a riscos crescentes. Depois, compensou os riscos de inflação e câmbio absorvendo custos da turbulência nos vários programas frustrados de estabilização. Mesmo depois do sucesso do Plano Real, assumiu um volume importante dos riscos envolvidos na desindexação da economia. Temos agora nova oportunidade para voltar a crescer. Mas a trajetória de juros em baixa, propiciada pelo sucesso da flutuação cambial, é favorecida pela melhoria do balanço de pagamentos, quer dizer, pela existência de financiamento e não pela redução das necessidades de financiamento.

Se pudermos projetar no segundo semestre uma melhoria ainda maior do nível de atividade, com déficit externo menor projetado para 2000, haverá grande otimismo quanto às perspectivas do Brasil. Parar novamente será mais uma manifestação da nossa fragilidade.

*Do Departamento de Economia da PUC-Rio